

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019
PRESIDÊNCIA SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL e.e

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Laércio Schuster - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Mauro de Nadal
Nilso Berlanda

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

A Presidência registra a presença, no Parlamento, dos alunos da segunda fase do Curso de Direito da UFSC, Guilherme Damo, Arthur Dutra e João Vitor Schappo da Silva, desejando que sejam bem-vindos.

Breves Comunicações

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Demonstra indignação em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal, que reviu o seu próprio posicionamento firmado em várias situações que possibilitava a prisão em segunda instância.

Declara que tal decisão beneficiou diversos condenados pela Operação Lava-Jato, que vem

passando a limpo o país e que botou muitos na cadeia e ressarciu em bilhões os cofres públicos da Nação, que foram lesados.

Explica que em vários países do mundo e até na Argentina, após a condenação em segundo grau, começa-se o cumprimento da pena, mas no Brasil tem terceira e quarta instâncias, e o réu que tem dinheiro vai recorrendo ao STJ e STF e não inicia o cumprimento da pena nunca neste amontoado de recursos protelatórios.

Afirma que, enquanto isso, a insegurança jurídica e a criminalidade imperam no país, lamentando a decisão do STF, que é um verdadeiro tapa na cara do cidadão de bem, que agora vê inúmeros criminosos de colarinho branco condenados sendo soltos e rindo da cara do cidadão brasileiro.

Entende que o ex-presidente, que saiu da cadeia querendo incendiar o país, fazendo declarações que justificam uma prisão preventiva, deveria ser mandado de volta, pois já foi condenado em vários processos e também em duas jurisdições.

Reafirma o seu repúdio a decisão do STF, e desta forma está encaminhando uma moção para a qual pede o apoio de todos os parlamentares.

Também fala da importância de cobrar do STF e do Congresso a alteração, de forma imediata, do texto da Constituição Federal para que não se dependa mais de interpretação do Supremo Tribunal Federal. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Em sua fala traz o assunto dos condenados em segunda instância, e diz não ter sido uma surpresa o julgamento do STF, pois o mesmo já mostrava indícios de voto favorável aos réus de cumprirem pena após o processo ter transitado em julgado.

Explica toda a tramitação do processo legal em segunda instância, e diz que a decisão só atingirá as classes menos favorecidas que, por não possuírem recursos para pagar bons advogados, não terão a oportunidade de se defender.

Diz que os graus superiores de terceira instância ficarão cheios de processos, e que isso levará a uma demora nos julgamentos, o que por sua vez levará à prescrição do processo pela morosidade do STF em julgar os casos, ou seja, um paraíso para o crime do colarinho branco.

Passa um vídeo que mostra a dificuldade que é o STF conseguir julgar um caso após segunda instância, onde o crime ocorreu em 1991 e até hoje a sentença não transitou em julgado. Em comentário sobre o vídeo, diz que o posicionamento do STF traz a sensação de que não teremos mais processos resolvidos no país.

Manifesta-se favorável a prisão em segunda instância e à mudança da Constituição para que haja confiança no futuro pelo respeito às leis.
[Taquiografia: Guilherme]

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Manifesta satisfação com o apoio de várias colegas parlamentares quanto à reprovação de soltura de membros criminosos e bandidos por decisão do Supremo Tribunal Federal, beneficiando o presidente Lula, comparsas da Lava Jato e outros delituosos.

Na sequência, divulga a nota publicada nas redes sociais sobre a Revolução Comunista de 1917, em que relata as barbáries do comunismo, em nome da referida ideologia, e complementa seu raciocínio, citando um documento público contido no livro *História Secreta do Ocidente*, que caracteriza o comportamento de regimes socialistas e comunistas, e reforça que tal ideologia está ocorrendo no Brasil, oficializada no dia 7 de novembro, quando os ministros do STF derrubaram a prisão em segunda instância com a soltura de Lula. Sob esse aspecto, declara ainda que atualmente a Revolução Comunista no Brasil não provém de trabalhadores ou de cidadãos comuns, mas de criminosos ou esquerdistas do continente, conforme ilustração em vídeo.

Diante de tal fato discrepante, defende a polarização das ideias do cidadão comum, condição ímpar da democracia, especificamente para

manifestar contra a atuação do Foro de São Paulo, e convida os eleitores, os catarinenses a visitarem as atas da referida organização política para compreenderem de que forma a soltura do presidente Lula e de milhares de criminosos tem a ver com esse projeto para todo o Brasil.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Conta que o seu pai era um croata que fugiu do comunismo, e sempre dizia que ninguém conhece o terror, a miséria e a destruição sem conhecer o comunismo, e afirma que ele foi um homem grato ao Brasil por encontrar aqui a liberdade. Parabeniza a deputada por abordar relevante tema.
[Taquígrafa: Elzamar]

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Registra a presença dos vereadores e lideranças do município de Nova Itaberaba e Modelo, bem como da Câmara Jovem de Vereadores da Escola Básica Dom Helder Câmara, do município de Modelo.

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Fala da sua história como deputado federal no período de 1998 a 2002, quando se aprofundou em diversos temas, citando o seguro obrigatório de veículos - DPVAT, encerrado recentemente, pelo presidente da República, através de uma medida provisória. Relembra também que o deputado Paulo Paim, do PT, e o então deputado Jair Bolsonaro, do PSL, concordavam, à época, em extinguir o DPVAT.

Comenta que foi relator de vários projetos que visavam melhorar a transparência, evitar fraudes, e aperfeiçoar a distribuição dos recursos.

Demonstra-se surpreso com esta decisão do governo, e comenta que o DPVAT possui ligação direta com financiamento para o SUS, agravando o problema de investimento e fechamento de contas na área da saúde pública.

Informa os valores que o DPVAT distribuiu no último ano, a quantia destinada a indenizações para as vítimas de acidentes de trânsito, ao financiamento de programas de educação no trânsito, e os 45% restantes foram destinados ao SUS.

Critica a decisão do governo federal em extinguir o DPVAT, que custa R\$ 20,00 no momento do emplacamento do veículo. Acrescenta que as estradas brasileiras causam um número alto de vítimas de acidentes.

Afirma que a revisão desta medida provisória é necessária no Congresso Nacional, e demonstra preocupação com os cidadãos que não possuem seguro em seus veículos, principalmente os motociclistas.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Faz um apelo aos políticos brasileiros para não dividirem o país por ideologia. Defende que é necessário discutir problemas que afetam a realidade dos brasileiros. Critica o posicionamento do atual governo federal de eliminar o DPVAT. Afirma que fará um ato pedindo para que os deputados federais se posicionem sobre esse assunto.

Deputado Laércio Schuster (Aparteante) - Agradece ao deputado por tão importante tema. Informa que fez uma moção ao presidente Jair Bolsonaro sobre a respectiva decisão, e espera contar com o apoio dos deputados. Acrescenta que a solução é criar mecanismos para evitar fraudes e aumentar a transparência nos investimentos.
[Taquigrafia: Northon]

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Reporta-se ao 9º Seminário Estadual da Agroecologia, realizado em Rio do Campo, quando foram discutidas estratégias para produção de alimentos saudáveis e a questão relacionada à igualdade de gêneros, destacando que este é um tema a ser construído e discutido desde as séries iniciais nas escolas. O encontro teve a participação de mais de 900 pessoas, bem como a

participação de alguns representantes dos estados de Rio Grande do Sul e Paraná. Entende que é desafiadora a produção de alimentos sem agrotóxicos para o produtor, e também salienta que os jovens devem ser os protagonistas de uma sociedade diferente da atual devido a várias sugestões elencadas durante o evento. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Afirma que o DPVAT é uma fonte de corrupção para o país. Acrescenta que o imposto do DPVAT não atende os cidadãos de forma correta, que acabam sendo socorridos pelo SUS.

Informa que o Tribunal de Contas da União está realizando auditorias para analisar os repasses. Comenta que a Superintendência de Seguros Privados - Susepe é contra o DPVAT.

Posiciona-se favorável à decisão do Governo Federal, pois trará melhorias nos serviços dos seguros privados de empresas especializadas. Comenta ainda que a empresa responsável pelo DPVAT possui mais de oito bilhões de reais nos cofres, enquanto o SUS está deficitário.

Registra que o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que transforma os agentes penitenciários em polícia penal. Informa que essa lei também será incluída na Constituição de Santa Catarina. *[Taquígrafia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Orador) - Parabeniza a cidade de Blumenau, campeã dos Jogos Abertos de Santa Catarina no ano de 2019.

Enaltece o evento, afirmando ter sido um grande sucesso apesar das dificuldades orçamentárias, fazendo referência às cidades sede, Timbó, Pomerode e Indaial.

Finda, expondo apoio ao presidente da Fesporte, Rui Godinho, dizendo que pretende lutar pelo incentivo ao esporte no estado de Santa Catarina.

Deputado Ricardo Alba (Aparteante) - Parabeniza os municípios sede e exalta a cidade de Blumenau, maior campeã do evento. Elogia o secretário do Esporte de Blumenau, Egídio Beckhause, pelo ótimo desempenho na coordenação das atividades esportivas da cidade. [Taquiografia: Roberto]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possam usar a tribuna o senhor prefeito municipal de Modelo, Ricardo Maldaner; a rainha da festa, Anna Julia Marins; e a presidente da Câmara Mirim, Jordana Martini, para divulgar a Fepar - Festa Estadual do Porco no Rolete do município de Modelo.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0350/2019.

Igualmente, comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0189/2019.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0044/2019, de autoria do deputado Coronel Mocellin, que altera a Lei n. 14.949, de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de caderneta de vacinação para matrícula anual na rede pública e privada de ensino do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Desporto; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com voto contrário do deputado Bruno Souza.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0059/2019, de autoria do deputado Coronel Mocellin, que denomina Celio Alves Marinho, o viaduto localizado na Rodovia Antônio Heil, Km 1.8 da Rodovia SC-486, no cruzamento da Rua Benjamim Dagnoni com a Rua Pedro Wanzuita, no bairro Itaipava, no município de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0067/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, que institui a obrigatoriedade de abertura de conta bancária própria para campanhas solidárias de arrecadação de fundos em espécie que visem tratamentos de saúde a menores, idosos, incapazes e pessoas hipossuficientes no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Saúde.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os seguintes deputados: Fernando Krelling, Bruno Souza e Ana Campagnolo.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com voto contrário do deputado Bruno Souza e Ana Campagnolo.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0095/2019, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que denomina o acesso da cidade de

Princesa até o trevo da BR-163 - São Jose do Cedro de Arthur Felipe Theisen.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Volnei Weber - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao deputado Volnei Weber.

DEPUTADO VOLNEI WEBER - Faz a solicitação de retirada de pauta do projeto de lei de sua autoria, de n. 0147/2019.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0099/2019, de autoria do deputado Altair Silva, que denomina Milton Sander a Rodovia SC-160, no trecho compreendido entre os municípios de Saudades e São Carlos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

Discute a presente matéria o sr. deputado Altair Silva.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0106/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, que dispõe sobre a denominação de Batalhões de Polícia Militar.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Segurança Pública.

Em discussão.

Discute a presente matéria o sr. deputado Fernando Krelling.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0147/2019, de autoria do deputado Volnei Weber, que dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo nas Carteiras Nacional de Habilitação e de Identidade.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Segurança Pública.

A Presidência comunica que o presente projeto foi retirado da pauta de votação a pedido do deputado Volnei Weber.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0205/2019, de autoria do deputado João Amin, que institui o Dia Estadual do Poeta Cruz e Sousa.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0240/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, que institui o Dia da Igreja do Evangelho Quadrangular, a ser comemorado anualmente no dia 15 de novembro no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0266/2019, de autoria do deputado João Amin, que institui o Dia Estadual do Bombeiro Voluntário.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0298/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, que reconhece o município de Lindóia do Sul como a "Capital Catarinense do Filó".

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0307/2019, de autoria do deputado João Amin, que denomina Osvaldo Ferreira de Melo o elevado localizado no entroncamento da Rodovia SC-401 com a Rodovia SC-402, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

Discute a presente matéria o sr. deputado Maurício Eskudlark.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0313/2019, de autoria do deputado Coronel Mocellin, que altera o anexo II da Lei n. 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina, para instituir a Semana de Prevenção de Acidentes Aquáticos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0335/2019, de autoria do deputado Marcos Vieira, que altera a Lei n. 16.720, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina, para o fim de denominar João Nilson Zunino e deputado Diomício Freitas os trechos, que menciona, da Rodovia SC-401, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0340/2019, de autoria do governador do estado, que denomina Raul Bayer Laus a Escola de

Educação Básica localizada no bairro Espinheiros, no município de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0415/2019, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o anexo único da Lei n. 16.733, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina, para alterar a denominação da Associação Catarinense de Futsal para Associação Sul Americana de Esportes, Cultura, Turismo e Lazer, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2019, de autoria do governador do estado, que altera o art. 26 da Lei n. 6.215, de 1983, que dispõe sobre Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Estado e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Segurança Pública.

O presente projeto deixou de ser votado por falta de quórum. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Pedido de Informação n. 0589/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Saúde informações acerca do andamento das

tratativas para operacionalização da nova torre do Hospital Tereza Ramos, no município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0590/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário de estado da Educação, informações acerca do possível fechamento da Escola Pública Integral nas duas unidades de Criciúma que oferecem tal modalidade de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0574/2019, de autoria do deputado Sargento Lima, manifestando ao delegado da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, repúdio ao vazamento de informações do caso Marielle Franco que corria em segredo de justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0575/2019, de autoria do deputado Sargento Lima, manifestando à direção da Rede Globo de Televisão repúdio à matéria exibida, que correlacionou o presidente Jair Bolsonaro ao homicídio da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0576/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão, parabenizando o senhor Charles da Rosa, integrante da Guarda Municipal de Florianópolis pela conduta exemplar e inovadora no serviço de orientação do trânsito em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0577/2019, de autoria do deputado Ricardo Alba, manifestando ao presidente do STF, repúdio à recente mudança na jurisprudência que julgou inconstitucional a possibilidade de prisão de réus após condenações em segunda instância, antes de esgotados todos os recursos nos tribunais superiores.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1642/2019, de autoria do deputado Sargento Lima; 1643/2019 e 1644/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 1645/2019, de autoria do deputado Jair Miotto; 1646/2019, 1647/2019, 1648/2019, 1649/2019 e 1650/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 1651/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 1652/2019, 1653/2019, 1654/2019 e 1655/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1559/2019, de autoria do deputado Jair Miotto; 1560/2019, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 1561/2019 e 1562/2019, de autoria do deputado João Amin; 1563/2019 e 1564/2019, de autoria do deputado Romildo Titon; 1565/2019, 1566/2019 e

1567/2019, de autoria do deputado Volnei Weber; e
1568/2019, de autoria do deputado Nazareno Martins
Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquígrafa:
Sara]

Explicação Pessoal

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN (Orador) - Enaltece a Segurança Pública e seus agentes, que fazem de Santa Catarina o estado mais seguro do país, ressaltando também que a defasagem salarial não os impede de prestar seus serviços de forma contínua.

Comenta da dificuldade em ser policial no Brasil, onde pelo menos um agente é morto por dia. Não obstante, enfrentam duras jornadas de trabalho pela necessidade constante que surge a cada momento.

Lembra que a atividade policial é extremamente estressante, levando muitas vezes à depressão e até havendo casos de suicídio. Cita que a cada dia não trabalhado por esses servidores, independente do motivo, eles têm o seu salário reduzido, isto é, estão sujeitos à perda da Iresa, cerca de 20% do seu salário.

Por tudo isso, considera importante valorizar igualmente a todos os policiais, civis, militares, bombeiros, todos os agentes da segurança pública catarinense. Neste sentido, diz que há uma forte discussão envolvendo a incorporação da Iresa, que está sofrendo questionamento judicial.

Registra que o governo iria enviar um projeto de lei resolvendo a situação apenas para a Polícia Civil, mas recuou devido a novo entendimento do Iprev. Declara que o tratamento igualitário entre as carreiras trouxe tranquilidade nas atividades e a transformou na melhor segurança pública do Brasil.

Afirma que os agentes de segurança pública estão há 6 anos sem reposição salarial, com uma defasagem de 40%, e apela ao governador que envie um projeto a esta Casa visando a atualização dessa defasagem, mesmo que seja um cronograma para iniciar o pagamento em 2020.

Fala ainda sobre as diárias recebidas, que estão aproximadamente há 15 anos sem reajuste, e faz um apelo para que nesta Operação Veraneio o governo tome providencias, pois o reforço que atua vem de fora, e finaliza pedindo igualdade entre as corporações de segurança pública referente a Iresa.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Pede ao governador que apresente um cronograma de trabalho já neste ano, visando o reajuste para 2020.
[Taquiografia: Guilherme]

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Comenta a aprovação nesta Casa Legislativa de uma lei que considera ruim, pois cria burocracia até para fazer caridade. Argumenta contra este modelo de estado controlador, que tenta disciplinar cada minúcia da vida do cidadão.

Reporta-se à posição da comissão de Constituição e Justiça quanto à postura de alguns deputados, que entendem que alguns motoristas de aplicativos de transporte querem apenas trabalhar, mas estão sendo perseguidos. Inclusive, em diversos municípios, estão sendo proibidos de trabalhar e o projeto de lei que hoje foi apreciado na comissão de Justiça quer garantir a liberdade de trabalho a esta categoria. Entretanto, houve um parecer que enviou o citado projeto para sete lugares que nada tem a ver com motorista de aplicativo, atrapalhando o andamento do mesmo

Enquanto isso, o motorista de aplicativo está sendo multado, perseguido, guinchado e proibido de captar passageiros em via pública. Deixa o seu desagravo diante da decisão que foi tomada, afirmando que ficará atento aos prazos regimentais de resposta, porque é preciso dar transparência ao trabalho dos parlamentares.

Num segundo tema, reporta-se ao transporte rodoviário coletivo intermunicipal, registrando que na presente data, na Assembleia, às 19h, acontecerá o lançamento de um aplicativo nascido em Santa Catarina, oferecendo mais opção ao

consumidor, preços mais baratos e qualidade no atendimento, e destaca que tudo isso será fruto de concorrência, opção a um mercado tradicionalmente monopolista e feudalista. Faz um convite a todos e espera a presença dos deputados.

Por último, fala sobre a Lei Orçamentária Anual, já em discussão, e diz que o governo, acertadamente, mandou a lei prevendo um déficit de R\$ 800 milhões, entretanto manifesta preocupação quando o governo prevê que o equilíbrio orçamentário se dará principalmente por aumento de arrecadação, isto significando aumento de impostos, aumento do peso do estado no ombro do catarinense, que já paga o maior ICMS do Brasil.

Afirma que não é assim que se equilibram dívidas, mas dando o exemplo, cortando o que não é essencial, privatizando e vendendo, e reforça que tais atitudes promoverão saúde, segurança e educação de qualidade. Por fim, manifesta repúdio a este tipo de política fiscal que comemora o aumento da arrecadação, porque ela é acomodada, confortável, pouco criativa e covarde, pois não faz a ajustes necessários. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em Homenagem Aos 50 Anos de Fundação da Cooperativa Aurora. *[Revisão: Taquígrafa Sara]*